

4

Microcrédito e autoestima social

Tomando como ponto de partida a ideia de respeito próprio como bem primário de fundamental importância conforme desenvolvido no capítulo anterior, o microcrédito pode, como mecanismo de mercado, ocupar um papel importante na questão do reconhecimento e da autoestima social individual e da comunidade.

Pode-se falar do microcrédito numa perspectiva de política social de reconhecimento, já que o beneficiário passa a estabelecer uma história de crédito, confiança, dignidade e capacidade.

A descrição da experiência de resgate de autonomia dos mutuários no GB aponta para essa direção, se levarmos em conta o alto índice de retorno de pagamento, a revalorização das mulheres, o aval solidário e a coesão social, de acordo com a exposição feita no capítulo 2.

O presente capítulo revisita a noção de reconhecimento em Fraser e Honneth, delineando a discussão de partida. Reflete sobre a aplicação de tais teorias no cenário brasileiro, levando em conta tanto as demandas de distribuição quanto as de reconhecimento. Finalmente, apresenta a proposta de aplicação do microcrédito nas comunidades como meio de reforço das práticas de economia solidária, de novas formas de trabalho socialmente produtivo e da coesão / engajamento social.

4.1. Microcrédito e reconhecimento

Inicialmente, é indispensável localizar o tema do reconhecimento e colocar as principais questões que giram em torno do assunto, de modo a conhecer as duas principais propostas de análise na doutrina filosófica.

Axel Honneth e Nancy Fraser¹²³ são os principais autores que procuram desenvolver o tema do reconhecimento como sendo central para uma teoria crítica da sociedade contemporânea.¹²⁴ Travam um debate que gira em torno do alcance e dos limites da perspectiva do reconhecimento na análise das modernas sociedades do Ocidente. Buscam colocar a categoria do reconhecimento numa posição central em relação às lutas sociais, de modo a refletir sobre os padrões de justiça.

Tomando por base os escritos de Nancy Fraser,¹²⁵ há dois tipos de demandas de justiça nas sociedades modernas: demandas de distribuição e demandas de reconhecimento. Estas últimas são eminentemente culturais ou simbólicas, e dizem respeito ao modo como determinados grupos são enxergados no contexto social, o que pode implicar em profundos abalos à autoestima e ao bem-estar de seus integrantes. Fraser sustenta que as demandas por reconhecimento são relativamente recentes na sociedade contemporânea e fazem parte de um processo de evolução da sociedade capitalista que, a autora denomina de “era pós-socialista”. Nesse sentido, as lutas por redistribuição são substituídas aos poucos por reconhecimento (os conflitos de classe são substituídos por conflitos de *status* social - lutas por identidades culturais e étnicas).

Fraser demonstra preocupação com a desconexão entre as duas dimensões de conflitos sociais (econômica e cultural), pois, em seu entender, a separação é falsa.¹²⁶ O que a autora pretende, em última análise, é conceituar reconhecimento cultural e igualdade social, de modo que uma demanda não enfraqueça a outra, já que a primeira diz respeito ao direito à diferença, enquanto à segunda, à igualdade. De todo modo, a análise de Fraser é dualista.

Já para Axel Honneth, todas as lutas por distribuição representam uma luta por reconhecimento de acordos firmados intersubjetivamente e que

¹²³ Ver Fraser & Honneth (2003)..

¹²⁴ Por teoria crítica da sociedade, leia-se: teoria que tem como interesse central a racionalização das atividades humanas organizativas, com vistas a garantir a autonomia moral, a justiça e o progresso (Maia, 2000).

¹²⁵ Ibid., pp. 245-282.

¹²⁶ Fraser, 2003.

possuem validade normativa. É o não reconhecimento que está na base dos sentimentos de sofrimento, humilhação e privação. A análise do autor é monista.¹²⁷

Mattos situa de forma bem elucidativa a discussão que gira em torno das perspectivas de Fraser e Honneth, sendo que a primeira remonta a tradição kantiana, enquanto que a segunda vincula-se à tradição hegeliana:

“A discussão filosófica do tema do reconhecimento é balizada essencialmente pelo debate entre duas tradições de pensamento, a kantiana e a hegeliana. Para Kant, a fonte da moralidade é o monólogo do sujeito consigo mesmo, as ações baseadas nos imperativos da razão. Já, para Hegel, a fonte da moralidade são os acordos intersubjetivos baseados no reconhecimento mútuo, que estão em constante transformação, uma vez que a sociedade e os indivíduos evoluem a cada nova etapa de reconhecimento.”¹²⁸

Conclui-se, pois, que a divergência que constitui a polêmica entre as visões teóricas de Fraser e Honneth organiza-se em torno do conceito de reconhecimento e a possibilidade de separá-lo ou não da noção de distribuição.

Fraser desenvolve uma teoria bidimensional, de modo a ser possível pensar distribuição e reconhecimento como questões distintas, associando a primeira ao aspecto material e o segundo, ao aspecto cultural. Para a autora, ambos se referem à justiça social e, em última análise, ao *status* social. Fraser distingue reconhecimento de distribuição porque não associa tais noções a atores, mas a princípios de justiça e “remédios” (políticas públicas), que se localizam fora dos sujeitos.

Já Honneth não vê a possibilidade do material expressar-se por si só, mas sim através do simbólico. Nesse cenário, a redistribuição seria apenas uma forma de luta por reconhecimento. Para ele, o reconhecimento é a forma através da qual os sujeitos vivenciam situações de injustiça. Sua visão parte de uma ação do autor (auto-realização) que se autodefine como objeto de reconhecimento, o que exige a figura do outro, indicando a necessidade de uma relação.

Estabelecida a discussão de partida, através do cotejo entre as teses de Fraser e Honneth, procedamos à análise da questão do reconhecimento no cenário brasileiro, onde o peso simbólico da pobreza vai muito além da questão da renda.

¹²⁷ Honneth, 2003, p.130.

¹²⁸ Mattos, 2004, p.149-150.

Pinto reconhece os pontos da polêmica entre Fraser e Honneth, mas afirma existir uma falsa antítese entre as teses. A autora propõe uma aplicação complementar entre as duas propostas no que tange a sua aplicabilidade à realidade brasileira.¹²⁹

De fato, refletindo sobre a situação do Brasil, percebe-se que enfrentamos demandas por distribuição, mas ao mesmo tempo, problemas de autoestima e de reconhecimento.

Não há como negar que, no Brasil, temos um grande problema de distribuição material.¹³⁰ Ao mesmo tempo, é indispensável focar na constituição do sujeito como portador de autorreconhecimento, sob pena de serem consolidadas relações clientelistas por parte dos políticos. O mero recebimento passivo de benefícios assistenciais pela população pobre constrói uma visão paternalista de Estado, restrita ao oferecimento de favores para os mais carentes, com todos os perigos para a democracia deste ato decorrentes.

Em relação à necessidade de distribuição material, as idéias de Fraser são de interessante aplicação à realidade brasileira. A autora resgata o debate da desigualdade material, fundamental em países continentais e de diferenças tão gritantes como ocorre no Brasil.¹³¹ A questão do *status* social e da redistribuição através de políticas públicas estatais não podem ser abandonadas, o que, como já visto, nos remete às políticas compensatórias, como o bolsa-família, por exemplo.¹³²

Por outro lado, em relação à constituição do sujeito, parece-nos que esse ponto encontra-se em sintonia com a proposta defendida no presente trabalho no sentido de combater a pobreza, a partir do incremento da condição de agente daqueles tidos como pobres. A pobreza é vista como vulnerabilidade (pobreza de capacidades). A constituição do sujeito, nesse diapasão, é fundamental, a partir de uma visão do reconhecimento como identidade,¹³³ e é nesse ponto que podemos nos apoiar na perspectiva de Honneth.¹³⁴

¹²⁹ Pinto, 2008.

¹³⁰ Segundo Pinto, 2008, p. 51: "O Brasil tem 32,9% da população considerada pobre e 13,5% vivendo em extrema pobreza; isso significa aproximadamente 22 milhões de pessoas. Um recente estudo sobre as características da pobreza no Brasil, realizado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento e assinado por Herran associa os dados da pobreza aos da desigualdade social, afirmando que a primeira tem mais a ver com a desigualdade do que com o crescimento econômico. No país, 1% dos mais ricos detêm 10% da renda bruta; e este mesmo percentual representa a riqueza dos 50% mais pobres. Portanto, a primeira constatação que se retira destes dados é a de que há necessidade premente de políticas de distribuição, que atinjam os universalmente pobres.

¹³¹ Fraser, 2003.

¹³² Cf. Capítulo 3.

¹³³ Segundo Taylor (2000) identidade designa a compreensão de quem somos, de nossas características definidoras fundamentais como seres humanos. Assim, o não reconhecimento ou o

O aspecto da identidade ganha mais força quando se fala em identidade das comunidades que, ao utilizarem o microcrédito, podem desenvolver suas vocações regionais, inserindo suas atividades locais no cenário econômico.

Para Honneth¹³⁵ o reconhecimento da dignidade¹³⁶ individual de todos os membros da sociedade deve ser considerado o principal critério válido de justiça.

O autor desenvolve uma tipologia formada por três formas distintas de reconhecimento: 1) as relações primárias, cujas formas de reconhecimento são o amor e a amizade; 2) as relações legais, cujas formas de reconhecimento são as identificadas com os direitos e; 3) as comunidades de valor, cuja forma de reconhecimento é a solidariedade. Para cada uma dessas dimensões existe uma relação prática definida, respectivamente como autoconfiança básica, auto-respeito e auto-estima.

Como já foi esclarecido antes, o tema da autoestima mostra-se de fundamental importância quando se fala em microcrédito, já que o beneficiário pode passar a estabelecer uma história de crédito, confiança, dignidade e capacidade.

Assim, tanto a questão da redistribuição quanto a do reconhecimento são fundamentais no cenário brasileiro, quando se fala em combate à pobreza enquanto vulnerabilidade.

Portanto, a complementariedade das teses de Honneth e Fraser mostra-se interessante para se entender as lutas por justiça social no Brasil, como nos mostra Pinto:

“3. O reconhecimento como auto-reconhecimento (estima) encontrado na tese de Honneth e o reconhecimento como status, encontrada na tese de Fraser, não se excluem, mas fazem parte de momentos distintos de elaboração teórica e da luta política, que em algumas circunstâncias podem aparecer como complementares.

(...)

5. O reconhecimento como auto-reconhecimento é essencial para a construção do sujeito da ação na luta social. Só existe o dominado contra a dominação se este se reconhecer como tal. Não há feminismo antes da feminista, assim como não há paridade participativa antes do sujeito auto-reconhecido como igual”.¹³⁷

reconhecimento errôneo podem causar danos, podendo ser uma forma de opressão por aprisionar alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Acerca da questão da dignidade, Taylor (2000) sustenta que, com a passagem da sociedade moderna, efetou-se uma passagem da honra para a dignidade, sendo que a noção de dignidade é usada num sentido universalista e igualitário inerente a todos os seres humanos. Esse conceito de dignidade seria o único compatível com uma sociedade democrática, de modo a substituir a proeminência do conceito de honra e fundar a idéia de igual dignidade de todos os cidadãos.

¹³⁷ Pinto, 2008, p. 36.

Outro aspecto interessantíssimo do cenário brasileiro, descrito por Pinto¹³⁸ diz respeito ao fato de que no Brasil as noções de distribuição e reconhecimento foram tratadas tradicionalmente como questões distintas, sendo que a questão da distribuição (políticas de renda mínima por exemplo) tem muito mais tradição do que a do reconhecimento (questões feministas e dos homossexuais, por exemplo). Dessa forma, para a autora "... a simples distribuição não pode ser vista como a panacéia para o problema da desigualdade, pois esta tem raízes bastante variadas."¹³⁹ Essa ponderação nos leva a refletir que o espaço brasileiro da pobreza realmente deve ser visto como maior que o mero espaço da renda, o que apenas ratifica a importância das reflexões feitas até aqui.

Ainda sobre a perspectiva brasileira, merecem reflexão as ponderações feitas por Fraser acerca das chamadas ações transformativas - relevantes quando se fala em políticas de combate à pobreza.

Como alternativas ao dilema entre redistribuição e reconhecimento, Fraser sustenta a utilização de estratégias de afirmação e transformação:

"Tomemos como exemplo a questão das desigualdades econômicas. Remédios afirmativos tendem a enfatizar medidas de transferência de renda através de programas de seguro social, de assistência pública etc. Longe de abolir as diferenças de classe, esses remédios as suportam e as modelam, deixando intacta a estrutura que produz as desvantagens de classe. Além disso tendem a criar uma estilização do grupo 'favorecido' como sendo inferior por não conseguirem por si mesmos uma situação favorável de vida, colocando, assim, em xeque a concepção universalista do igual valor das pessoas. Remédios transformativos, ao contrário, combinam programas universalistas de bem-estar social, impostos progressivos, políticas macro econômicas voltadas para a criação do emprego e tomadas de decisões democráticas sobre prioridades macroeconômicas. A tendência é, portanto, minar a diferença de classes. Os remédios afirmativos podem ter um efeito perverso na promoção da diferenciação entre classes, estigmatizando a diferença, somando o insulto da falta de reconhecimento à injúria da privação. A redistribuição transformativa, em contraste, pode promover a solidariedade e ajudar a rever formas de não reconhecimento."¹⁴⁰

Ainda sobre a proposta de Fraser (2001) acerca das ações transformativas, a autora sustenta que, no plano cultural, tais ações reparariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa que serve de pano de fundo. Pela desestabilização das identidades e diferenciação de grupos existentes, essas ações teriam o condão de elevar a autoestima dos integrantes dos grupos e concomitantemente mudar a percepção de todos sobre

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Ibid., p. 45

¹⁴⁰ Fraser, 2003, p. 270-271.

a individualidade. Já no ponto de vista econômico, as ações transformativas buscariam rever distribuições injustas por meio da transformação das estruturas político-econômicas, reestruturando as condições existenciais de todos e alterando a divisão do trabalho. A passagem acima realmente nos leva a refletir sobre as políticas de combate à pobreza.

A lição de Fraser encontra-se em harmonia com a idéia defendida no presente trabalho no sentido de trazer o instrumento do microcrédito como importante ferramenta que pode contribuir, ao lado dos programas compensatórios como o Bolsa Família, para o ganho de autoestima dos indivíduos no seio das comunidades. O microcrédito pode ter importante papel instrumental nas demandas de justiça distributiva e de reconhecimento, apresentando a vantagem de fazer gravitar em torno de si ambas as demandas.

Realmente, o aval solidário se baseia na formação de grupos de pessoas da comunidade atendida, que se responsabilizam mutuamente pelos empréstimos, o que garante o reforço da coesão social, alterando, ainda, o patamar do empréstimo sem a necessidade de recorrer ao patrimônio do tomador. Ademais, o ganho de autoestima decorrente da possibilidade de construir o próprio sustento e ser digno de confiança e crédito é o diferencial que o microcrédito traz na luta de combate à pobreza.

Nesse sentido, o microcrédito pode contribuir na construção de políticas públicas transformativas, ajudando a rever formas de não reconhecimento, num país em que o estigma de ser denominado pobre é bastante intenso e significa ser impotente, incapaz de gerir e transformar o próprio destino.

Ao fortalecer a capacidade de ação e de coesão social, o microcrédito (conjugado com os programas compensatórios, como visto no capítulo 3) pode dar sua contribuição no combate ao isolamento social, decorrente do desemprego e da pobreza.

Além disso, o aspecto da identidade ganha ainda mais força quando se fala em identidade das comunidades que, ao utilizarem o microcrédito, podem desenvolver suas vocações regionais, inserindo suas atividades locais no cenário econômico, o que é desenvolvido a seguir.

4.2

Economia solidária, redes e trabalho socialmente produtivo: o caminho da liberdade para a libertação

A proposta de aplicação do instrumental do microcrédito no seio de comunidades ganha relevância tendo em vista o panorama econômico atual e seu contexto sócio-histórico.

Comumente, observa-se que, na sociedade contemporânea, as causas do desequilíbrio macroeconômico não são avaliadas em seu cerne e a exclusão social apresenta-se como um problema crônico.¹⁴¹

A questão do desemprego mostra-se extremamente relevante no presente cenário e sua relação com a pobreza enquanto privação de capacidades é essencial.

O desemprego tem efeitos muito além da perda de renda, causando abalos psicológicos e na vida social, perda de motivação para o trabalho, perda de autoconfiança e habilidades, perturbação nas relações familiares e sociais e intensificação da exclusão social. Em outras palavras, o desemprego afeta de morte a noção que o indivíduo tem sobre suas próprias capacidades.¹⁴²

Esse aspecto da perda de autoestima é bastante sentido até mesmo no âmbito do continente europeu, onde o auxílio-renda em caso de desemprego é algo disseminado nas políticas sociais. Na verdade, a privação da oportunidade de ter uma ocupação gratificante é um aspecto extremamente valorizado na sociedade capitalista. Há uma *captio diminutio* em relação àquele que, mesmo recebendo renda, esteja desempregado. Na análise da experiência dos países europeus acerca do seguro-desemprego, fica claro o contraste entre as perspectivas da renda e da capacidade quando se fala em desigualdade e pobreza.

Tal percepção retoma a discussão anterior travada no capítulo 3, quando foi mencionada a noção de desenvolvimento. Como visto, o presente trabalho defende a perspectiva que põe no centro do palco o indivíduo, enquanto ponto nevrálgico do desenvolvimento, em detrimento da visão limitadora que classifica os países em desenvolvidos e subdesenvolvidos. A pobreza, como privação de capacidade, e o desenvolvimento, como ampliação de liberdades, são

¹⁴¹ A exclusão social deve ser considerada no seu aspecto multidimensional, ou seja, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e psicológicos, vale dizer, deve ser compreendida como acúmulo de vulnerabilidades econômicas, sociais, políticas, culturais entre outras. O sentido adotado no texto, portanto, abrangente e tem relação direta com a idéia de pobreza enquanto vulnerabilidade.

¹⁴² Para aprofundamento do tema, ver Solow (1995).

fundamentais para entender a situação dos desempregados europeus, que, embora residam em países ditos desenvolvidos, vivenciam situação de privação de liberdades. O aspecto chave a ser considerado é a necessidade de potencialização daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e exclusão social pelo desemprego.

Nesse passo, é fundamental o enfrentamento do desemprego e da pobreza vista de forma estruturalmente ampliada - a denominada *nova pobreza*.¹⁴³ Esse fenômeno - registrado no período de 1980 a 1990, consistiu na existência de um grande contingente de pessoas, que viviam próximas ou mesmo acima da linha da pobreza, mas que caíram de nível social nos países de terceiro mundo, nos países ricos e nos saídos do socialismo, passando a viver uma situação de insegurança. A nova pobreza afetou grupos que não tinham vivenciado o estado de pobreza, mas que, a partir de então, passaram a sofrer com a deteriorização dos padrões de vida e dos níveis de renda.

Levando em conta esse contexto, faz-se imprescindível uma análise das próprias perspectivas para a categoria trabalho no mundo atual.

A partir do questionamento sobre a centralidade do trabalho em nossa civilização e sobre sua crise, Méda aponta o declínio de algumas funções do trabalho em nossa sociedade:

1) o trabalho como modo de produzir bens e serviços diante do efeito de novas tecnologias (com especial menção a robotização e a introdução de tecnologias que dispensem a mão-de-obra do homem);

2) o trabalho como o fornecedor de um emprego e de rendimentos diante da situação de desemprego generalizada, do desenvolvimento de atividades não remuneradas e de rendimentos sociais;

3) o trabalho como meio de integração social com os indivíduos realizando suas personalidades em muitas outras áreas de atividades (família, lazer, esporte, comunidade).¹⁴⁴

Assim, a própria centralidade do trabalho remunerado em troca de salário passa a ser questionada, e chega-se mesmo a pensar numa sociedade na qual a busca maior não deve centrar-se no pleno emprego, mas sim na plena atividade.¹⁴⁵

¹⁴³ Conforme definida por Silva, 2004, p. 36.

¹⁴⁴ Méda, 1998.

¹⁴⁵ Roustang (1997) entende como atividade aquelas "que escapem às normas de relacionamento empregatício de nossa sociedade e que sejam adaptados às possibilidades e desejos de cada um, permitindo a reintegração no jogo coletivo, quer se trate de atividades de autoprodução individuais ou coletivas, no domínio da alimentação, do melhoramento da habitação ou da conservação de bens duráveis, quer se trate de atividades de lazer."

A diferenciação entre atividade e emprego serve de vetor para se questionar o espaço da categoria trabalho na sociedade contemporânea, onde o problema do desemprego parece não ter uma solução razoável.

Tal reflexão abre as portas para que sejam reconhecidas novas formas de trabalho produtivo que não apenas o assalariado, de modo a valorizar novos modos de vida peculiares a cada comunidade.

Essa reflexão nos leva a voltar nossas atenções a um fenômeno cada vez mais crescente, tanto nos denominados países desenvolvidos, como naqueles em situação de subdesenvolvimento, que é o da economia solidária.

Este modelo surge como estratégia no âmago de resistências e lutas sociais contra o desemprego e pobreza. Constitui-se de atividades socioeconômicas cujo primado é do trabalho sobre o capital, com ênfase no trabalho associativo e autogestionário. Tem o papel de possibilitar a reprodução da vida de trabalhadores e trabalhadoras, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento econômico, social e cultural com maior sustentabilidade, equidade e democratização.¹⁴⁶

Tais práticas, ainda que desenvolvidas acessoriamente em relação à economia de mercado, podem ser vistas como reação crítica ao contexto histórico vivido. Constituem exercício cooperativo e solidário nas atividades econômicas. Buscam contemplar as dimensões sociais voltadas à produção de bens e serviços necessários à vida e realização das pessoas, além de estimular a capacidade de criação de outras formas de vida, primando pelas pessoas e suas coletividades, com reforço do poder de ação coletiva. Nesse diapasão, a lição de Laville é precisa:

“O agir coletivo da economia solidária, consubstanciado na autogestão, institui novos protagonistas no mundo do trabalho e nos embates da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa. Quando os experimentos coletivos convertem-se em comunidades de trabalho, instituem uma racionalidade na qual a atividade econômica funciona como meio para a consecução de outros fins. As novas tensões dialéticas entre os indivíduos e sua coletividade de pertença dão vigor a uma identidade propriamente social, no sentido de estar referida a aspirações de indivíduos-em-relação a uma visão que tende a integrar as dimensões da vida humana.”¹⁴⁷

Ademais, o fenômeno da economia solidária ganha visibilidade no crescimento dos chamados serviços de proximidade (aqueles em que o afeto integra o valor do serviço a ser prestado e a contratação se dá fora do

¹⁴⁶ Segundo Cortizo, 2004.

¹⁴⁷ Laville, 2009, p.166.

agenciamento do mercado formal de emprego através do conhecimento entre as pessoas, mormente nas situações de cuidadores de idosos e de crianças)¹⁴⁸ e, no crescimento dos serviços voluntários de bairro (creche comunitária, rede de trocas), de proteção do meio ambiente, de educação de rua, de arte-produção nas comunidades carentes. Pode-se dizer que visam satisfazer necessidades não satisfeitas nem pelo Estado, nem pelo mercado, através da reunião de usuários, profissionais, voluntários, com vistas a obter a criação de empregos e reforço da coesão social e relacional.

Através dessas atividades, o ser humano se recria e sobrevive num mundo em que o trabalho formal deixa de ser visto como o único meio de produção de riqueza e abre espaço para o trabalho voluntário e para o desenvolvimento de redes, o que é estimulado pelo acesso à internet.¹⁴⁹

Doutrinariamente, a origem do termo economia solidária é esclarecida na obra de Laville para quem:

O termo foi cunhado na década de 1990, quando por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.¹⁵⁰

De forma sucinta o mesmo autor arremata: a “economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da idéia de solidariedade, em contraste com o individualismo

¹⁴⁸ Ver Célestin (1999).

¹⁴⁹ Nesse sentido, pode-se mencionar exemplificativamente o *site* “Kiva.org”, através do qual pessoas do mundo todo podem se inscrever para emprestar quantias a partir de 25 dólares a empresas do mundo todo (principalmente microempresas). O objetivo é criar um Minibanco Mundial de Solidariedade, em que os empréstimos são concedidos por redes de financiadores a juro zero, com o objetivo de fomentar pequenos negócios, com a grande vantagem da comunicação *on line* e da possibilidade de interconexão entre pessoas que estejam há milhares de quilômetros, obviamente fazendo uma diferença no desenvolvimento de países em que as pessoas vivem na linha da miséria, com altos índices de desemprego. Essa prática surge na esteira de diversas reivindicações internacionais, inclusive das populações dos países desenvolvidos, no sentido de que o subdesenvolvimento do vizinho é sim problema de todos. Isso ganha grande repercussão no mundo globalizado, onde a interconexão dos mercados faz com que os reflexos de problemas econômicos de um país influenciem os outros. Além disso, a possibilidade de criação de um espaço público independentemente de participação governamental reforça a idéia de democracia e autonomia na esteira do raciocínio desenvolvido acima.

¹⁵⁰ Laville, *Ibid.*, p.162.

utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado.”¹⁵¹

Ao refletirmos sobre o conceito acima duas expressões merecem destaque: solidariedade e utilitarismo. Tais noções se relacionam às idéias de microcrédito e qualidade de vida, já desenvolvidas anteriormente no presente trabalho.¹⁵²

Em relação à idéia de solidariedade, embora seja instrumento de mercado, o microcrédito inova ao criar uma tecnologia própria. Conforme já esclarecido no capítulo 2, a principal característica do microcrédito reside no aval solidário aplicado à concessão de empréstimos, ou seja, o crédito não é concedido a um indivíduo, mas a um grupo de indivíduos, que tomam empréstimos juntos e são conjuntamente responsáveis por seu pagamento (*joint liability*). Assim, os membros do grupo monitoram uns aos outros e, através da responsabilidade conjunta, alteram o patamar de risco do mútuo. Dessa forma, o microcrédito realmente pode fazer uma diferença no desenvolvimento dessas comunidades, contribuindo para o engajamento social e participação produtiva de seus membros. A projeção do microcrédito e das práticas de economia solidária na esfera pública é importante justamente no estímulo à participação cidadã, constituindo-se em experiência relevante em direção à idéia de solidariedade democrática.¹⁵³

Portanto, é possível traçar uma linha de proximidade entre o microcrédito e as práticas de economia solidária num sentido integrativo. A responsabilidade solidária é o instrumento que possibilita a integração da experiência de economia de mercado com as práticas de economia solidária: a ênfase na solidariedade é a chave da questão.

Por outro lado, segundo a visão utilitarista todas as escolhas devem ser julgadas pelo resultado que geram, valorizando-se o ranking pela soma - as utilidades de diferentes pessoas são simplesmente somadas conjuntamente para se obter seu mérito agregado, sem atentar para a distribuição desse total pelos indivíduos.¹⁵⁴ Ao tratar da noção de desenvolvimento, o presente trabalho demonstrou que esta visão é insuficiente para caracterizar o desenvolvimento como liberdade, focado na questão da qualidade de vida e no incremento de liberdades, autonomia e autoestima, como analisa Sen:

¹⁵¹ Laville, *Ibid*, *idem*.

¹⁵² Cf. capítulos 2 e 3, respectivamente.

¹⁵³ A solidariedade democrática supõe a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos, como esclarece Laville (*Ibid*, p. 310).

¹⁵⁴ Sen, 1999, p.77.

“Assim, é importante não só levar em conta o fato de que, na escala de utilidades, a privação dos persistentemente destituídos pode parecer abafada e silenciada, mas também favorecer a criação de condições nas quais as pessoas tenham oportunidade reais de julgar o tipo de vida que gostariam de levar. Fatores econômicos e sociais como educação básica, serviços elementares de saúde e emprego seguro são importantes não apenas por si mesmos, como pelo papel que podem desempenhar ao dar às pessoas a oportunidade de enfrentar o mundo com coragem e liberdade. Essas considerações requerem uma base informacional mais ampla, concentrada particularmente na capacidade de as pessoas escolherem a vida que elas com justiça valorizam.”¹⁵⁵

Por sua vez, a economia solidária, ao estabelecer uma abordagem crítica ao utilitarismo, pode contribuir com a visão de desenvolvimento defendida no trabalho, o que sugere a possibilidade de utilização de instrumentos de mercado em conjunto com as práticas de economia solidária, no enfoque integrativo e crítico que se pretende.

Ademais, as experiências de economia solidária estão abertas à integração com outros elementos tanto da economia privada quanto da pública, como partícipes de uma economia plural, como nos mostra Laville:

“O avanço econômico das experiências realiza-se mediante a conjugação de três tipos de recursos: aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros, exercida via prestações de ao coletivo livre de contrapartidas; os recursos públicos, angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca. Esses agenciamentos simultâneos levam a economia solidária ser partícipe de um economia plural...”¹⁵⁶

Dessa forma, o enfoque integrativo pretendido conduz ao reforço da autonomia dos indivíduos, valorizando a questão da autoestima e da condição de agente. Nesse sentido, a noção de economia solidária encontra um ponto de contato com a noção de desenvolvimento adotada¹⁵⁷, bem como com a exploração de instrumentos de mercado que possam valorizar a capacidade de ação do indivíduo, como é o caso do microcrédito. Trata-se, pois, de um paradigma de desenvolvimento inclusivo, distributivo, democrático, acessível, socializado e sustentável, estando aberto a variadas experiências de

¹⁵⁵ Sen, *Ibid.* p. 82.

¹⁵⁶ Laville, *Ibid.*, p. 166.

¹⁵⁷ O sentido integrativo dessas experiências é de fundamental importância justamente na esteira da proposta integrativa do presente trabalho que remonta o próprio conceito de microcrédito adotado (conjugando serviços de microfinanças aos serviços de mútuo propriamente dito), a proposta de políticas de sinergia e conjugação entre os programas assistenciais e microcrédito e a noção de desenvolvimento adotada (que enfoca a questão da qualidade de vida, abrindo-se para a experiência a ser vivida em cada comunidade a partir do incremento e retroalimentação das diversas liberdades). A integração é justamente o fio condutor da proposta do trabalho.

desenvolvimento de acordo com as vocações e necessidades de cada comunidade.¹⁵⁸

O microcrédito, ao possibilitar o exercício de atividades produtivas por quem se vê alijado do mercado formal de emprego, poderia, nesse contexto, ocupar um espaço interessante no sentido de valorizar o denominado trabalho produtivo surgido no contexto das comunidades. Nessa esteira, o microcrédito pode servir de instrumental na quebra do paradigma que visualiza o trabalho como sinônimo de emprego (moeda de troca pelo salário).

Observa-se a multiplicação de diversas iniciativas de economia solidária na atualidade. Um exemplo interessante e atual está na Unidade de Polícia Pacificadora do Morro Chapéu Mangueira, na qual moradores da comunidade criaram a Chapéu Tour, microempreendimento criado pela própria comunidade, através do qual o potencial turístico da região está gerando empregos e reforçando os laços comunitários, num exemplo de ganho de autoestima e incremento de capacidade por parte dos moradores. Além dos guias comunitários, o empreendimento abriu espaço para artesãos e até mesmo para a venda de camisetas, confeccionadas a partir da utilização de imagens de artistas plásticos da comunidade.¹⁵⁹

O reforço da coesão social e da afetividade entre os membros com o resgate da história comunitária é o ponto alto da experiência e a utilização do microcrédito nesse particular tem um terreno de grande potencial de florescimento, considerando o engajamento dos membros da comunidade e a possibilidade de visibilidade do grupo. O conseqüente ganho de autoestima e a alteração da história de estigma da comunidade reforçam a importância do incremento da condição de agente para o desenvolvimento visto como liberdade.

Outro exemplo que aponta o microcrédito como importante alavanca para empreendimentos de pequeno porte, para geração de emprego e renda, desenvolvimento econômico e inclusão social é a experiência do Banco Palmas. Criado pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeira em 1998, ele deu, a partir do microcrédito, nova configuração à comunidade que, àquela época, abrigava cerca de 32 mil habitantes na periferia de Fortaleza (CE). A partir do

¹⁵⁸ Como visto no capítulo 2, a própria noção de desenvolvimento adotada no marco teórico não sugere que exista algum critério único e preciso de desenvolvimento, muito pelo contrário, justamente pelo enfoque na emancipação (com a adoção de valores de escolha por cada qual), a noção de desenvolvimento está aberta para diferentes experiências de desenvolvimento, inclusive de modo a abranger as tradições culturais de cada sociedade, seus valores próprios, sua potencial produtividade social.

¹⁵⁹ Dados colhidos no programa **RJ TV**, da Rede Globo de Televisão, edição do dia 15 nov. 2010.

relato dos efeitos dessa experiência de banco comunitário¹⁶⁰ na vida de um dos seus ‘clientes’, descrita a seguir, podemos observar o alcance social dessa iniciativa:

“Elias Lino dos Santos, por exemplo, mudou completamente os rumos de sua vida. Morador de um casebre em área de mangue e responsável pelo sustento da mãe e dois irmãos menores, obteve apoio do banco para tornar-se empresário e hoje dirige a fábrica de detergentes Palmalimp. Conseguiu ainda recursos para formar-se em Sociologia e é considerado um dos primeiros casos de sucesso da instituição. Mas não é o único. Por conta do suporte financeiro oferecido pelo Banco Palmas, surgiu no Conjunto Palmeira uma série de empreendimentos dos mais variados ramos de atividades, como a fabricante de cosméticos Palma Natus e o núcleo de confecção que originou a marca Palma Fion. O êxito da experiência tem levado muita gente a querer conhecer de perto a comunidade, o que deu margem à criação de um novo empreendimento, a pousada Palma Tur. Exemplo de socioeconomia solidária, o Banco Palmas criou o cartão de crédito Palmacard e uma moeda social chamada ‘palmas’. Ambos são utilizados entre moradores e comerciantes locais. A moeda tem valor equivalente ao real, mas seu uso normalmente dá direito a desconto”, explica.¹⁶¹

O sucesso dos bancos comunitários permitiu que eles se espalhassem pelo país. No início de 2011, já existiam 51,¹⁶² em 11 estados da Federação, como nos mostra a tabela 2 – Rede de Bancos Comunitários no Brasil. A expansão da rede tem se dado de modo muito rápido. Para se ter uma idéia, no final de 2005 havia seis bancos comunitários em funcionamento e nove em processo de implantação em todo Brasil. A iniciativa tem se constituído como referência e suscitado a promoção de eventos envolvendo várias instituições numa perspectiva integradora, como o Seminário de Bancos Comunitários, realizado no BNDES em 2010, que contou com representantes de nível nacional e internacional.¹⁶³

¹⁶⁰ Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos socioprodutivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores. (cf. Melo Neto Segundo & Magalhães (2001).

¹⁶¹ Cf. Malta (2010).

¹⁶² Não foi incluído neste total o Banco Comunitário da Cidade de Deus: inauguração prevista para junho de 2011. Dado colhido em **Razão Social** (2011).

¹⁶³ Para maiores informações sobre o seminário, inclusive o acesso ao link de um vídeo no Youtube consultar a página oficial do evento: <<http://www.seminariobancoscomunitarios.com/>>. Os dados relativos ao total de bancos (51) foram colhidos em Melo (2010).

Tabela 2: Rede de Bancos Comunitários no Brasil¹⁶⁴

Estado	Número de bancos
Pará	1
Maranhão	1
Piauí	3
Ceará	28
Rio Grande do Norte	1
Bahia	4
Minas Gerais	2
Espírito Santo	4
São Paulo	5
Mato Grosso do Sul	1
Rio de Janeiro	1

É importante registrar que no bojo do processo de implantação dos bancos comunitários foram surgindo também as moedas sociais. Segundo definição da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), "a moeda social é uma ferramenta para o desenvolvimento econômico local. A idéia é fazer com que o recurso daquela comunidade possa circular o maior tempo possível dentro dela, gerando um ciclo virtuoso".¹⁶⁵ Podem ser citados como exemplos de moedas sociais as listadas a seguir: 1) **Trilha** (Fig. 1);¹⁶⁶ 2) **Palmas** (Fig. 2);¹⁶⁷ 3) **Santana** (Fig. 3);¹⁶⁸ 4) **Maracanã** (Fig. 4);¹⁶⁹ 5) **Par** (Fig. 5);¹⁷⁰ 6) **Cocal** (Fig. 6)¹⁷¹ 7) **Cactus** (Fig. 7)¹⁷² 8) **Capivari** (Fig. 8).¹⁷³

¹⁶⁴ Março de 2011.

¹⁶⁵ Definição dada por Antonio Haroldo Pinheiro Mendonça, coordenador geral de comércio justo e crédito da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), colhida em Naime (2008).

¹⁶⁶ - Moeda social do Banco Comunitário Eco-Luzia, que atende a Comunidade Santa Luzia e região, na cidade de Simões Filho (BA)

¹⁶⁷ Moeda social criada pelo Banco Comunitário Palmas, da associação de moradores do Conjunto Palmeira, em Fortaleza, Ceará.

¹⁶⁸ Moeda social criada pelo Banco Bassa – Banco Comunitário de Santana do Acaraú (CE), criada em 2005 pelo Fórum de Assentamentos de Santana do Acaraú.

¹⁶⁹ Moeda social criada em 2007 pelo Banco Pajú – Banco Comunitário de Pajuçara, em Maracanaú (CE), da Associação dos Moradores da Área Verde de Pajuçara.

¹⁷⁰ Moeda social do Banco Comunitário do Paracurú (CE). Estão sendo criados bancos em Riacho Doce e Nova Esperança (CE).

¹⁷¹ Moeda social do Banco Comunitário dos Cocalis, no município de São João do Arraial (PI).

¹⁷² Moeda social do Banco Comunitário Amizade, em Iraçuba (CE).

¹⁷³ Capivari é a nova moeda social de Silva Jardim, que tem também um banco comunitário, onde o dinheiro é emprestado, a juros bem baixos, ou trocado. Um Capivari vale R\$ 1.

Figuras 1 - 8: Exemplos de Moedas Sociais

1



2



3



4



5



6



7



8



Há muitos outros exemplos a serem citados, inclusive a Mumbuca, vinculado ao banco de mesmo nome em Maricá, Rio de Janeiro (Figura 9), cujo

layout foi divulgado antes da sua criação.¹⁷⁴

Figura 9 Mumbuca – Moeda Social



A importância social da iniciativa pioneira dos Bancos Comunitários, que em apenas 12 anos se transformou no que hoje se denomina Rede Brasileira de Bancos Comunitários, é indiscutível, como evidenciam os dados da tabela 2, reproduzida a seguir.

Tabela 3

Bancos Comunitários: 12 anos de Vida¹⁷⁵	
Créditos Produtivos concedidos	11 mil
Recursos Aplicados (reais)	5 milhões
Créditos em moeda social (consumo)	15 mil
Recursos aplicados (moeda social)	155 mil
Correspondente bancário	18 milhões
Famílias atendidas	2 milhões

E, como vimos, tal iniciativa trouxe a idéia de criação das moedas sociais. Elas tem possibilitado aos clientes desses bancos o exercício do direito de fazerem uso de uma moeda que tem poder aquisitivo estável.

¹⁷⁴ Conforme a notícia a seguir: "A partir da semana que vem, a Prefeitura enviará o projeto de lei à Câmara Municipal, instituindo a criação da moeda, do Banco Mumbuca e um benefício no valor de 50 mumbucas – o que equivale a R\$ 50 – para 8 mil famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal (que serve como base para o pagamento do benefício Bolsa Família). Dados colhidos em **Revista Encontro 78** (2011).

¹⁷⁵ Dados relativos aos Bancos Comunitários desde a sua criação, colhidos em Melo (2010).

A par disso, é importante enfatizar que a circulação de moedas sociais estimula a economia local e promove a inclusão social, na medida em que contribui para a geração de renda (revertida para o bem da própria comunidade), de emprego, de desenvolvimento e de sustentabilidade. E a rede está em franca expansão.

Esse é um claro exemplo de que através de iniciativas estratégicas para manter a riqueza circulando internamente, estimuladas pelo microcrédito, a comunidade produz praticamente tudo o que necessita consumir.

É justamente essa abertura para diferentes experiências que torna enriquecedora a noção de economia solidária e sua integração com o microcrédito, possibilitando que cada comunidade, de acordo com sua vocação regional e cultura, desenvolva as atividades que melhor atendam ao grupo.

Muitos outros são os exemplos país afora: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, dentre outras.

Tais atividades cumprem funções nos domínios da saúde, educação, preservação ambiental, estimulando o engajamento dos cidadãos em questões de interesse comum, o que constitui um real reforço da coesão social, estimulando o diálogo e a participação direta na vida da sociedade, mediante a valorização de sistemas de vida que não seccionam as relações econômicas e sociais, mas sim as integram. Pode-se perfeitamente estabelecer uma ponte entre tais práticas e a idéia de inclusão produtiva mencionada no capítulo 3, ao ser defendida a necessidade de aperfeiçoamento dos programas assistenciais para programas de terceira geração no sentido de focar a inclusão produtiva.

Diante desses exemplos inspiradores, pode-se concluir que o acesso das comunidades aos instrumentos de crédito é de fundamental importância para garantir não só a produtividade de seu trabalho, mas, principalmente, sua auto-sustentabilidade, constituindo-se em instrumentos de garantia do desenvolvimento e da democracia.